

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 31 DE MARÇO DE 2011

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Cosan S.A. Indústria e Comércio submeteu à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e os correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes aos exercícios findos em 31 de março de 2011 e 2010, preparados de acordo com as normas práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que são praticamente idênticas às práticas contábeis internacionais (IFRS). A Companhia também disponibiliza uma versão detalhada das Demonstrações Financeiras e seu release de resultados no site www.cosan.com.br/ri.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO
Este ano fiscal foi marcado pela consolidação da estratégia da Companhia em se confirmar como uma empresa líder de mercado, inovadora e com foco bem definido em crescimento com criação de valor, a partir da captura de sinergias com suas unidades de negócio integradas. A Joint Venture com a Shell, concretizada durante este ano fiscal, foi um negócio transformacional na vida da empresa, porque conseguiu com esta união de forças se posicionar como o único player integrado com capacidade para consolidar e crescer no setor de suco energético brasileiro, além de criar as condições para que o etanol se torne uma commodity global.

Durante este ano, foi escolhido um nome para a nova empresa criada a partir da Joint Venture com a Shell, a empresa de produção de açúcar e etanol será chamada de Raízen Energia S.A. e a empresa de distribuição de combustíveis será a Raízen Combustíveis S.A.

Apesar do grande esforço dedicado pela Companhia para a conclusão desta Joint Venture, a empresa conseguiu manter o seu crescimento com a ampliação de sua capacidade e o seu foco em aproveitar as melhores oportunidades no mercado de aquisição de usinas de açúcar e etanol. Além disso, manteve o seu plano de investimento para as suas outras unidades de negócio com destaque para a Rumo Logística que investiu neste ano aproximadamente R\$5,0 bilhão na compra de novas locomotivas, vagões e na malha ferroviária, através de sua parceria com a ALL (America Latina Logística S.A.) na criação de eficiência e capacidade no modal ferroviário para escoamento de açúcar para o Porto de Santos.

O projeto de cogeração de energia continuou com a sua implantação ao longo deste ano fiscal, para que o próximo ano safra pudesse ser iniciado com as novas unidades já aptas para iniciar a venda de energia através dos contratos celebrados. Estas novas unidades contribuirão com importante geração de caixa para ajudar no crescimento e consolidação do setor de produção de etanol e açúcar.

Também durante o ano fiscal de 2011, conseguimos realizar a aquisição de uma usina de açúcar e etanol localizada na região de Araraquara, onde já existem outras usinas do Grupo, possibilitando a criação de sinergias, além da adição de 2,6 milhões de toneladas de cana a nossa capacidade.

Na área de distribuição de combustíveis, a Raízen Combustíveis, terá um grande desafio na integração e consolidação dos negócios da Shell com as operações da CCL (antiga Esso Brasileira de Petróleo). A nova empresa terá uma rede de 4.500 postos de serviço, 550 lojas de conveniência, presença em 52 aeroportos, 53 terminais e uma distribuição de mais de 20 bilhões de litros de combustíveis. A criação de valor esperada, após a integração das operações das duas empresas, foi estimada em R\$3,4 bilhões em valor presente de sinergias que deverão ser capturadas ao longo dos próximos anos.

O negócio de lubrificantes continuará sendo controlado pela Cosan, portanto não fez parte dos ativos que foram contribuídos para a Raízen. Durante o ano fiscal de 2011, conseguimos importantes conquistas na estratégia de crescimento com criação de valor, conquistando o 3º lugar em market share neste segmento. Além disso, a partir de uma campanha de marketing conseguimos lançar novos produtos com foco para atender aos nossos consumidores que demandam um produto diferenciado para lubrificação das suas máquinas, veículos e equipamentos.

A nossa empresa de terras, Radar S.A., continua tendo um papel estratégico muito importante na aquisição de terras agrícolas, ocupando áreas com potencial valorização tanto para a cultura de cana-de-açúcar quanto para as novas fronteiras agrícolas no Brasil. Ao longo deste ano, todo o capital investido na empresa pelos seus acionistas foi integralmente investido na compra de aproximadamente 85 mil hectares de terra.

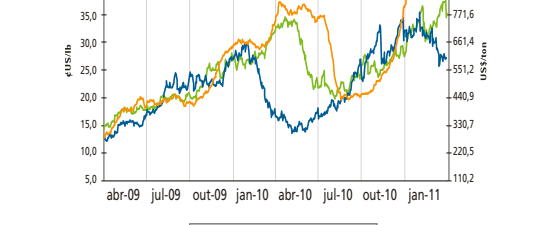
Finalmente a Cosan Alimentos, nosso negócio de distribuição de açúcar para o mercado brasileiro, com aproximadamente 40% de market share, com as marcas União e Da Barra, também continuará sendo controlada pela Cosan. O próximo ano fiscal, será importante para o desenvolvimento da estratégia deste negócio, que busca a criação de valor a partir do aproveitamento do alto valor da marca União e da estrutura logística atual para atender aproximadamente 90.000 pontos de venda.

Para este ano fiscal que se inicia, a Companhia encontra-se determinada e motivada para fortalecer as bases da sua estrutura, que possibilitará capturar importantes ganhos de sinergia com a integração e consolidação dos seus negócios. A Companhia vê o desafio de superar as barreiras da integração de diferentes culturas, como uma oportunidade de crescimento e uma vantagem competitiva por poder contar com uma grande variedade de colaboradores com comprovada eficiência e alta capacidade técnica. Que este novo ano fiscal, possa entrar para a história da nossa Companhia, como o início de um novo ciclo de crescimento com sustentabilidade e segurança afim de que a empresa possa se consolidar como referência mundial em energia limpa e renovável.

PAISAGEM ECONÔMICO-SETORIAL
A moagem no Centro-Sul (CS) do Brasil atingiu 556,8 milhões de toneladas de cana-de-açúcar na safra 2010/11, maior 2,75% maior que a safra anterior conforme dados da UNICA. A menor disponibilidade de cana quando comparada com as projeções iniciais realizadas pela UNICA, foi reflexo de um clima extremamente seco, que reduziu o seu índice de produtividade por área plantada. Por outro lado, esta condição climática favoreceu a concentração de açúcar equivalente na cana-de-açúcar (ATR), que totalizou 141,20 kg/tonelada de cana, comparado a 130,23 kg/tonelada na safra 2009/10. Em função dos altos preços no mercado internacional, o custo de produção para açúcar aumentou de 42,6% na safra anterior para 44,71% nesta safra. Dessa forma, a produção de açúcar teve acréscimo de 16,9% atingindo 33,5 milhões de toneladas, enquanto que a produção de etanol alcançou 25,4 bilhões de litros, 7,1% maior que a safra anterior, sendo 18,0 bilhões de litros de etanol hidratado e 7,4 bilhões de litros de etanol anidro.

Segundo estimativas da UNICA, a moagem na safra 2011/12 deve totalizar 568,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, que representa um crescimento de 2,1% em comparação à safra anterior. Este pequeno crescimento pelo 2º ano consecutivo é reflexo da escassez de matéria-prima, impactada principalmente pelo envelhecimento do canavieiro devido à ausência de investimentos do setor, aliado a uma condição climática desfavorável da safra anterior conforme mencionado acima. Espera-se que a safra 2011/12 tenha um perfil ainda mais açucareiro, em razão dos investimentos realizados em produção de açúcar impulsionados pelos altos preços praticados no mercado mundial. A estimativa de produção de açúcar é de 34,6 milhões de toneladas, enquanto que a de etanol é de 25,5 bilhões de litros, com uma maior participação do etanol anidro no total.

Os números mais recentes da UNICA, até a quinzena finalizada em 16 de maio de 2011, apontam uma diminuição na moagem de cana-de-açúcar neste início de safra 2011/12, totalizando 567 milhões de toneladas, 39,5% inferior ao mesmo período da safra anterior. Os principais motivos para esta redução foram: (i) o atraso no início das unidades produtoras, em função da menor disponibilidade de cana-de-açúcar; (ii) qualidade inferior da cana, com 8,51 kg de ATR por tonelada de cana a menos que na safra anterior e (iii) antecipação ocorrida na safra anterior, quando tivemos unidades produtoras em operação durante inclusive o período de entressafra. O mix de produção do período priorizou a produção de etanol em razão dos elevados preços praticados no mercado doméstico, sendo 59,87% da cana destinada a este produto e 40,13% destinada ao açúcar. A produção de açúcar alcançou 2,4 milhões de toneladas, uma redução de 46,7% em relação à safra anterior, enquanto que a de etanol atingiu 2,2 bilhões de litros, sendo 1,3 bilhões de litros de etanol hidratado e 843,0 milhões de etanol anidro, representando uma redução de 55,1% e um crescimento de 4,2%, respectivamente.



Fonte: ESALQ, Bloomberg, Cosan
No mercado doméstico, o preço do açúcar permaneceu elevado, com a saca de 50kg, na base ESALQ, negociada na média trimestral a R\$ 740. A manutenção dos preços altos do açúcar ocorreu devido ao favorecimento da produção de VHP para a exportação, que acarreou uma menor disponibilidade do produto para o mercado interno.

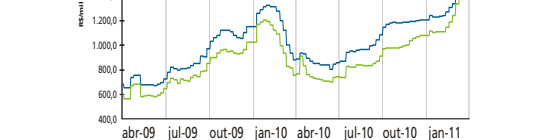
Na Rússia a expansão da área plantada não foi suficiente para compensar as perdas de rendimento agrícola relacionadas à seca associada às altas temperaturas. Por isso, o potencial de desenvolvimento da beterraba ficou restrito e a produção de açúcar atingiu 3 milhões de toneladas, o que representa queda de 1 milhão de toneladas em relação às expectativas iniciais. Em razão da menor disponibilidade houve forte aumento de preços, que levou o governo russo a antecipar a redução da tarifa de importação.

Na Índia, por outro lado, a maior disponibilidade de cana levou a região de Maharashtra a alcançar um recorde na sua produção de 9 milhões de toneladas, que compensou a queda da produção em Uttar Pradesh no final da safra. De maneira geral, a produção da Índia deve atingir em 26,1 milhões de toneladas, apenas 400.000 toneladas abaixo das expectativas iniciais. O Governo autorizou licenças para a exportação de 500 mil toneladas de açúcar através do regime OGL até 17 de junho.

A safra na Tailândia excedeu as expectativas do mercado atingindo aproximadamente 95,0 milhões de toneladas de cana processadas, o que representa um crescimento de 35% no comparativo anual. A decisão de priorizar a fabricação de açúcar bruto em detrimento ao açúcar branco, em função dos altos preços no mercado físico spot, impactou o balanço mundial de açúcar bruto, pressionando para baixo os preços do produto no mercado internacional.

Como resultado deste cenário, o preço do açúcar bruto neste 4T11 apresentou média de US\$30,54/lt, 5,1% acima do 3T11 e 24,6% superior à média do 4T10, atingindo US\$34,52/lt no final de dezembro. O açúcar refinado no mercado internacional apresentou preço médio de US\$751,43/ton no período, 14,0% superior ao 4T10 e 2,8% acima do 3T11.

No 4T11, o Real apresentou cotação média de R\$1,67/US\$, 1,8% inferior à média do trimestre anterior e 7,5% inferior ao 4T10. O câmbio ao final do período foi de R\$1,63/US\$, comparado com R\$1,67/US\$ em dezembro de 2010 e R\$ 1,70/US\$ em março de 2010.



Fonte: ESALQ, Bloomberg, Cosan
No mercado doméstico de etanol, os preços alcançaram níveis elevados em razão de um balanço de oferta e demanda bastante apertado, principalmente por (i) queda de safra no Brasil; (ii) maximização da produção de açúcar e (iii) aumento de 6% na frota de veículos. O preço médio para o hidratado, base ESALQ, foi de R\$ 1,237 3m³ no 4T11, 21,9% maior que no trimestre anterior e 18,8% acima do 4T10. O preço médio do anidro foi de R\$ 1,391,1m³, um aumento de 14,7% comparado ao 3T11 e 14,5% comparado ao mesmo trimestre do ano anterior.

Neste trimestre também tivemos importantes mudanças no setor, com a ANP (Agência Nacional de Petróleo) passando a ser oficialmente a instituição que regulará o mercado de etanol e o mesmo sendo tratado agora como um combustível, e não mais como um produto agrícola, devido a sua importância estratégica para o Brasil. Além disso, também ocorreram mudanças na banda da mistura obrigatória do anidro à gasolina que anteriormente podia variar de 20% a 25% e agora teve seu limite inferior reduzido para 18%. Cabe ressaltar, entretanto, que apesar desta alteração, a mistura obrigatória continua em 25%.

A paridade média (ponderada pela frota) do preço do etanol hidratado em relação à gasolina no Brasil, calculada de acordo com dados da ANP, era de aproximadamente 80% ao final do 4T11, com apenas 1 estado brasileiro, Mato Grosso, que corresponde a 1,8% da frota nacional, com paridade de 70%.

Segundo a ANFAVEA, no 4T11 foram licenciados 658,9 mil veículos flex-fuel em todo o Brasil, o que significa 85% do total de veículos novos e um crescimento de 1,0% com relação ao 4T10.

Combustíveis
Segundo a ANP, o volume vendido de Diesel nos 3 primeiros meses de 2011 foi 3,9% superior ao mesmo período do ano anterior, atingindo 11,6 bilhões de litros.
Os preços mais elevados do etanol, que deixou o etanol menos competitivo que a gasolina, o consumo apresentou aumento de 2,4% no período, com volume de 2,9 bilhões de litros, em função do crescimento da frota flex fuel no Brasil. O volume comercializado de gasolina A aumentou 2,9%, com 6,0 bilhões de litros vendidos no trimestre, o que fez com que o volume de etanol anidro (25% misturado com a gasolina A) comercializado no trimestre chegasse a 2,1 bilhões de litros.

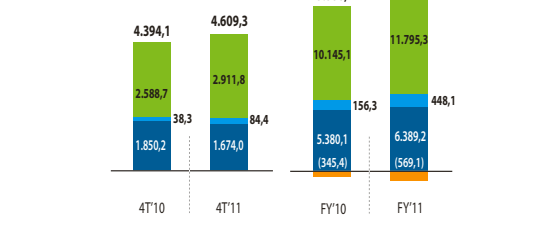
PERFORMANCE OPERACIONAL
A partir desse exercício estamos reportando as informações financeiras de acordo com as novas regras contábeis vigentes no Brasil (BR GAAP), que estão alinhadas com os princípios contábeis internacionais (IFRS). Essa adoção tem 1º de abril de 2009 como data de transição (momento em que convertimos os saldos iniciais de acordo com as regras antigas para as novas regras contábeis). Maiores detalhes sobre essas diferenças e principais impactos dessa mudança para o IFRS podem ser obtidos e estão detalhados na nota explicativa 3 das demonstrações financeiras.

Em adição, a partir do início do exercício social 2011, a Companhia passou a adotar o critério contábil de hedge accounting, com o objetivo de trazer maior transparência para os efeitos de hedge em seus resultados.

Assim como fizemos nas Cartas Trimestrais anteriores deste exercício social, todos os efeitos deste critério contábil adotado estarão descritos detalhadamente na seção "Impactos do Hedge Accounting".

Receta Líquida		Composição das Vendas (R\$MM)		FY'10		FY'11	
4T'10	4T'11	Receta Operacional Líquida	CAA	15.336,1	18.063,5	5.380,1	6.389,2
1.850,2	1.674,0	• Vendas de Açúcar - CAA	3.377,8	3.853,4	1.062,3	1.387,3	
1.215,5	985,1	• Mercado Interno	2.315,5	2.466,2	1.51,0	137,1	
347,7	372,0	• Mercado Externo	1.747,6	2.203,7	1.325,9	1.958,9	
867,8	613,2	• Vendas de Etanol - CAA	421,8	244,8	39,6	194,9	
602,1	666,7	• Mercado Interno	161,0	137,1	156,3	448,1	
549,7	641,0	• Mercado Externo	140,1	142,2	161,3	305,9	
52,4	25,8	• Cotação de Energia - CAA	93,6	194,9	151,0	137,1	
5,7	4,4	• Outros Produtos e Serviços - CAA	156,3	448,1	140,1	142,2	
25,8	17,8	• Elevação	140,1	142,2	16,1	305,9	
38,3	84,4	• Transporte	16,1	305,9	10,145,1	11.795,3	
24,9	28,1	CCL	9.437,3	10.902,3	757,0	814,6	
13,4	56,3	Vendas de Combustível - CCL	4.111,0	4.656,9	4.338,5	5.325,3	
2.588,7	2.911,8	Etanol	230,9	105,4	634,0	822,4	
2.401,6	2.681,8	Gasolina	73,7	70,6	181,1	21,2	
170,4	203,1	Diesel	345,4	569,1	60,9	18,0	
1.208,6	1.265,9	Outros	1.045,0	1.045,0	1.045,0	1.045,0	
999,3	1.185,6	Eliminações de Consolidação	(945,4)	(569,1)	(945,4)	(569,1)	
23,3	27,2						
168,9	208,8						
18,1	21,2						
(83,0)	(60,9)						

A receita líquida da Cosan no FY'11 atingiu R\$18,1 bilhões, comparada a R\$15,3 bilhões no FY'10. Este aumento de 17,8% reflete mais um ano de crescimento em todas as unidades de negócio, através do aumento de capacidade de produção e do volume vendido e serviços prestados. Na CAA, mesmo com uma safra difícil devido a condições climáticas desfavoráveis, que afetaram a produtividade da cana-de-açúcar, obtivemos um aumento de produção devido (i) ao aumento do aproveitamento da capacidade instalada dos 2 greenfields (Jatá e Caarapó), (ii) expansão das fábricas de açúcar e (iii) a entrada em operação de outros projetos de co-geração que, aliados aos menores preços de açúcar e etanol, elevaram a receita da CAA em 18,0%, para R\$6,4 bilhões. A receita líquida da CCL apresentou crescimento de 16,3%, totalizando R\$11,8 bilhões, especialmente em função do aumento de 22,7% na receita de Diesel, 29,7% na de lubrificantes e 13,3% de gasolina. Na Rumo, a operação de transportes baseada prioritariamente no contrato de parceria com a ALL - America Latina Logística S.A. foi a principal responsável pelo aumento de 186,8% em sua receita líquida, que totalizou R\$448,1 milhões, dos quais R\$305,9 milhões provenientes do serviço de transporte e R\$142,2 milhões de elevação.

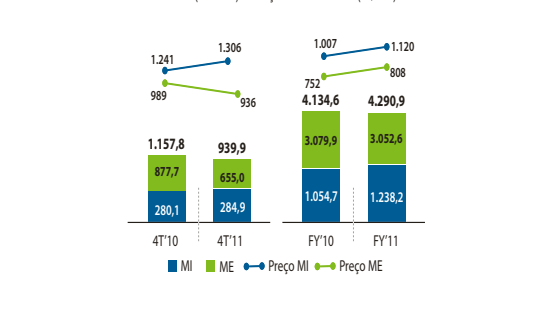


Venda de Açúcar - CAA
As vendas de açúcar totalizaram neste exercício social R\$39,9 bilhões, um crescimento de 14,1% com relação ao ano anterior. Os principais fatores que contribuíram para o aumento de R\$ 475,6 milhões foram: o aumento de R\$128 milhões proveniente do maior volume vendido, 3,8% superior ao ano anterior. As vendas no mercado doméstico aumentaram 17,4%, com 1.238,2 mil toneladas refletindo o efeito de 12 meses de vendas no ciclo de 10 meses no ano anterior da compra da Cosan Alimentos e a maior concentração de ATR na cana (139,0kg ATR/tonelada de cana na safra 2010/11, comparado a 129,8kg/tonelada de cana na safra 2009/10). Entretanto, a quebra de safra afetou a produção de açúcar e fez com que as exportações deste produto apresentassem um decréscimo de 1% sobre o ano anterior somando 3.052,6 mil toneladas; e o aumento de R\$335 milhões em função de preços 10% maiores, sendo que os preços no mercado doméstico foram 11,2% superiores, enquanto os preços no mercado internacional apresentaram um aumento de apenas 7,5% quando comparados com o mesmo período do ano passado, em função do efeito do hedge accounting, que teve um impacto negativo de R\$160,3 milhões.

O efeito do mix de produtos contribuiu com R\$ 13 milhões, com um mix maior de açúcar vendido no mercado doméstico que alcançou 29% contra 25,5% no exercício social passado.

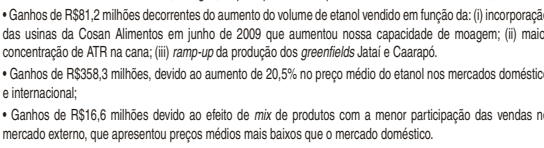
Açúcar
Volume (Mil tons) e Preço Médio Unitário (R\$/ton)
1.241 1.306 1.007 1.120
989 936 752 808
1.157,8 939,9 3.079,8 3.052,6
280,1 284,9 1.054,7 1.238,2

Os estoques de açúcar terminaram este exercício social 28,1% abaixo do ano anterior, refletindo a entrega comercial adiantada para aproveitar os altos preços do produto no último trimestre.



Estoque de Açúcar
Estoque: Açúcar
'000 ton 135,8 97,7
R\$MM 93,6 77,6
R\$/ton 689 794

Vendas de Etanol - CAA
A receita de etanol no FY'11 totalizou R\$2,2 bilhões, apresentando um crescimento de 26,1% quando comparado ao ano anterior. Podemos destacar, a seguir, os principais fatores que elevaram a receita em R\$ 456,1 milhões:
• Ganhos de R\$81,2 milhões decorrentes do aumento do volume de etanol vendido em função da (i) incorporação das usinas da Cosan Alimentos em junho de 2009 que aumentou nossa capacidade de moagem; (ii) maior concentração de ATR na cana; (iii) ramp-up da produção dos greenfields Jatá e Caarapó.
• Ganhos de R\$358,8 milhões, devido ao aumento de 20,5% no preço médio do etanol nos mercados doméstico e internacional;
• Ganhos de R\$16,6 milhões devido ao efeito de mix de produtos com a menor participação das vendas no mercado externo, que apresentou preços médios mais baixos que o mercado doméstico.



Etanol
Volume (Milhões de Litros) e Preço Médio Unitário (R\$/mil litro)
1.110 1.269 850 985
1.070 1.129 717 950
560,9 528,0 2.147,5 2.247,3
47,2 33,8 387,8 357,4
513,7 505,2 1.559,7 1.989,5

Estoque de Etanol
Estoque: Etanol
'000 m³ 68,2 49,6
R\$MM 56,2 42,8
R\$/m³ 824 864

Cogeração de energia - CAA
A receita de energia totalizou R\$194,9 milhões através da venda de R\$8,9 milhões em vapor e de 1.254,0 mil MWh de energia a um preço médio de R\$148,3/MWh. O crescimento de 107% do volume vendido é resultado da entrada em operação de novas unidades de cogeração (totalizando 10 este ano, comparado a 6 no ano anterior) e ao ramp-up das demais.

Energia Elétrica
Volume (000 MWh) e Preço Médio Unitário (R\$/MWh)
147 118 141 148
33,0 19,5 605,9 1.254,0

Outros Produtos e Serviços - CAA
A receita de outros produtos e serviços da CAA teve uma redução de 14,8%, ou R\$23,9 milhões em relação ao FY'10, principalmente devido ao reposicionamento estratégico da Cosan com a redução nas vendas de produtos DaBarra Alimentos (matinais) no varejo, que em fevereiro de 2011, teve todo o seu negócio de comercialização de alimentos, exceto açúcar, vendido.

Rumo
A receita líquida da Rumo, de R\$481,8 milhões no FY'11, foi 186,7% superior ao FY'10, reflexo do início das operações de transporte em janeiro de 2010, que apresentou receita de R\$305,9 milhões. Já a receita de elevação manteve-se em linha com o ano anterior, totalizando R\$142,2 milhões no exercício, apesar do volume 8,0% inferior, beneficiada pelo aumento de 10,4% no preço de elevação. O menor volume elevado no ano é decorrente da concentração do volume exportado nos meses de pico, acima da capacidade de elevação portuária, e da queda de safra, que reduziu a disponibilidade de açúcar a ser exportado no final da safra. Esse efeito do volume foi parcialmente compensado pelo aumento do preço.

Como resultado do maior valor agregado do produto embarcado, principalmente pelo aumento das operações de transporte, que superou a expectativa inicial para o primeiro ano de operações, a receita por tonelada elevada neste trimestre foi 3,1 vezes superior ao FY'10.

Rumo
Volume (Mil tons) e Receita por Tonelada (R\$/ton embarcada)
29,6 83,1 19,2 60,0
1.292,0 1.016,0 8.124,0 7.471,0

Vendas de Combustíveis - CCL
A receita líquida da CCL somou R\$11,8 bilhões no FY'11, 16,3% superior ao ano anterior, sendo que a receita de combustíveis aumentou 15,5%, atingindo R\$10,9 bilhões. Os principais fatores que afetaram a receita de combustíveis neste trimestre foram:
• Crescimento de 21,6% no volume vendido de Diesel quando comparado ao FY'10. Este aumento ocorreu devido às seguintes razões:
• Aumento de 9,0% do consumo nacional de Diesel, segundo a ANP, em função do aumento na demanda de indústrias e de transporte devido à recuperação da atividade econômica no país.
• Ganhos de market-share no varejo e, principalmente, no segmento industrial.
• Incremento de 11,3% no volume vendido de gasolina C com relação ao FY'10, parcialmente compensado pelo menor volume de etanol vendido, devido ao aumento do percentual de usuários de carros flex fuel que passaram a optar por este combustível em substituição ao etanol hidratado;
• Aumento nos preços médios unitários de etanol, gasolina e Diesel, e da maior participação de Diesel e Rumo no mix de vendas, que apresentam preços mais elevados que o etanol.

Combustíveis
Volume (Milhões de Litros) e Preço Médio Unitário (R\$/mil litro)
1.819 1.889 1.719 1.794
1.320,0 1.420,0 2.745,9 3.107,5
321,1 262,2 2.549,8 3.107,5
538,0 548,9 1.263,0 2.073,8
147,6 161,2 803,2 781,1

Lubrificantes
Volume (Milhões de Litros) e Preço Médio Unitário (R\$/mil litro)
4.694 5.181 4.848 4.942
36,0 40,3 130,8 166,4

Estoque de CCL (Inclui Combustíveis e Lubrificantes)
Estoque: CCL
'000 m³ 137,5 152,2
R\$MM 266,5 326,6
R\$/m³ 1.938 2.146

Custo dos Produtos Vendidos (CPV)
O Custo dos Produtos Vendidos (CPV) totalizou R\$15,1 bilhões, em comparação a R\$13,3 bilhões no ano anterior. Na CAA, antes dos ajustes de IFRS, tivemos um aumento de 20,4%, ou R\$828,9 milhões como reflexo principal (i) do maior volume de açúcar equivalente vendido, (ii) do aumento da atividade de refino de açúcar para venda no mercado doméstico, e (iii) incremento verificado na depreciação/amortização da Rumo. O início das atividades de transportes foi o principal responsável pelo aumento de 147,6% do CPV. Na CCL, o crescimento de 16,5% no CPV, que totalizou R\$11,014,1 milhões, é reflexo, principalmente, do maior volume vendido, maior participação de Diesel e gasolina no mix de produtos vendidos, além do aumento do custo de aquisição do etanol. Em adição, o CPV da Companhia sofreu os seguintes ajustes referentes à adoção do IFRS:
• Ativo Biológico, CPC 29 (IAS 41): os ativos biológicos da Companhia passaram a ser mensurados ao seu valor justo, aplicando o método de fluxo de caixa futuro descontado, o que impactou a variação do valor justo no exercício em 31 de março de 2011 foi de R\$ 391,9 milhões (R\$44,9 milhões em 2010).
• Combinação de Negócios, CPC 15 (IFRS 3): os ativos e passivos de negócios adquiridos são avaliados ao seu valor justo na data de cada transação, aumentando assim, principalmente, a base de ativos imobilizados da Companhia e, portanto, a depreciação. Conseqüentemente, tivemos um maior custo com amortização e depreciação de ativos relacionados com a aquisição da Cosan Alimentos, Teau e Esso Brasileira (atual CCL), impactando o CPV de todas as unidades de negócio da Companhia. Este efeito, entretanto, não impacta o EBITDA da Companhia, uma vez que também impacta a depreciação do período.

Custo dos Produtos Vendidos (CPV)
(3.683,3) (3.472,2) Custo dos Produtos Vendidos (R\$MM)
(1.338,0) (1.677,7) CAA (4.038,5) (4.400,5)
(687,1) (657,1) Açúcar (2.116,2) (2.604,9)
(567,0) (523,7) Etanol (1.745,5) (2.015,9)
(42,8) (57,8) Outros CAA + Cogeração (206,4) (276,2)
(27,0) 464,3 Ativo Biológico - ajuste IFRS (44,9) 381,9
(14,2) 5,6 Outros ajustes - IFRS (127,8) (316,5)
(28,0) (58,4) Rumo (9,452,3) (11.014,1)
(18,0) (20,1) Outros ajustes - IFRS (77,8) (73,1)
83,0 65,4 Eliminações de Consolidação 347,4 581,1

Custos Médios Unitários CAA
508 578 Custo (caixa) do Açúcar (R\$/ton) 415 494
789 725 Custo (caixa) do Etanol (R\$/mil litro) 609 664
1.770 1.856 CCL (R\$/mil litro) 1.681 1.784

* No custo-caixa do açúcar e etanol, não são considerados as depreciações e amortizações de plano, trato comercial, depreciação agrícola (máquinas e equipamentos), depreciação industrial e manutenção de entressafra.

CA
Conforme mencionado nas cartas dos trimestres anteriores, desde o início deste exercício social, apresentamos o custo unitário dos produtos açúcar e etanol excluindo os efeitos de amortização e depreciação (custo-caixa), com o objetivo de melhor analisar os seus comportamentos ao longo dos trimestres.
Os efeitos de depreciação e amortização nos custos unitários refletiram os investimentos realizados no plantio de cana-de-açúcar, manutenção do nosso parque industrial, mecanização da colheita, nos projetos de greenfields (Jatá e Caarapó) que entraram em operação no final da safra passada, nas unidades de cogeração e na melhoria da segurança e sustentabilidade das nossas operações.
O custo de produtos vendidos e serviços prestados da CAA somaram R\$4,4 bilhões, apresentando um incremento de 9%, ou R\$362 milhões, em relação ao ano anterior. Os principais fatores que explicam este aumento, além dos ajustes referentes à adoção do IFRS mencionados acima são:
• O maior volume de açúcar e etanol vendidos, o que foi responsável pelo incremento de R\$161,1 milhões;
• R\$300,0 milhões de origemação de açúcar, caracterizada pela compra de matéria-prima para refino e produto acabado para posterior venda e distribuição no mercado doméstico;
• R\$54,2 milhões de origemação de etanol para aproveitar oportunidades de mercado;
• Incremento de aproximadamente R\$234,9 milhões devido ao aumento no preço do ATR segundo a fórmula do Conesarc, que define a remuneração de fornecedores e arrendamentos de terra, que passou de R\$90,3492/kg de ATR para R\$90,4022/kg de ATR.
• Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento da quantidade de ATR, que passou de 131,1kg/ton de cana para



NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE MARÇO DE 2011, 2010 E 1º DE ABRIL DE 2009 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

apostentadoria - passivo atuarial) Os custos de planos de apostentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pré-emprego e o valor presente da obrigação de apostentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de apostentadores e pensões. A obrigação de benefício definido é alimentada...

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE MARÇO DE 2011, 2010 E 1º DE ABRIL DE 2009 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de março de 2011 foram preparadas de acordo com o IFRS, incluindo os novos pronunciamentos vigentes para as exercírcios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010. Para as apresentações demonstrações financeiras, o saldo de abertura considerado foi o de 1º de abril de 2009, data da transição para os CPCs/IFRS. As demonstrações financeiras individuais da Companhia, somente diferem das práticas do IFRS no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial. Além disso, a legislação societária brasileira requer que as companhias abertas apresentem a demonstração de valor adicionado - DVA em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas...

reavaliar os demais ativos fixos tendo em vista considerar mais apropriado o uso do método de custo deduzido da depreciação e eventuais provisões para perdas, quando aplicáveis. Os impactos financeiros ao período hiperinflacionário brasileiro até 1997 foram materiais na data de transição para o IFRS. Benefícios a empregados - Plano de benefício definido: a Companhia optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais passados até a data de transição contra a conta de lucros acumulados. A aplicação dessa isenção está detalhada na nota 27. Custos de construção: a Companhia optou por capitalizar os custos de empréstimos para ativos qualificáveis cuja aquisição, construção ou produção se iniciou após 1º de abril de 2009. Estimativas: As estimativas em 1º de abril de 2009 e em 31 de março de 2010 são consistentes com aquelas feitas para mesma data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil à época (depois dos ajustes para refletir quaisquer diferenças nas práticas contábeis) além dos seguintes itens onde foram aplicados nas práticas contábeis adotadas no Brasil à época por não expriem tal avaliação: Ativos biológicos, Passivos contingentes, Custos instrumentais financeiros...

Participação direta e indireta

Table with columns for 2011 and 2010, showing ownership percentages for various companies like Administração de Participações Agussantia Ltda., Cosan S.A. Açúcar e Alcool, etc.

3.1 Reconciliação do Balanço Patrimonial: 3.1.1 Controladora:

Table showing financial reconciliation for the parent company as of 1st April 2009 and 31st March 2010, including categories like Ativo Ativo circulante, Caixa e equivalentes de caixa, etc.

3.1 Reconciliação do Balanço Patrimonial: 3.1.1 Controladora:

Table showing financial reconciliation for the parent company as of 1st April 2009 and 31st March 2010, including categories like Ativo Ativo circulante, Caixa e equivalentes de caixa, etc.

3.1 Reconciliação do Balanço Patrimonial: 3.1.1 Controladora:

Table showing financial reconciliation for the parent company as of 1st April 2009 and 31st March 2010, including categories like Ativo Ativo circulante, Caixa e equivalentes de caixa, etc.

Ativos biológicos

Ativos biológicos: O pronúnciam IAS 41 - Agricultura abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, que, no caso da Companhia, refere-se às plantações de cana-de-açúcar. Os ativos biológicos são reconhecidos no valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação dos valores são registrados em períodos...

Ativos biológicos

Ativos biológicos: O pronúnciam IAS 41 - Agricultura abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, que, no caso da Companhia, refere-se às plantações de cana-de-açúcar. Os ativos biológicos são reconhecidos no valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação dos valores são registrados em períodos...

Ativos biológicos

Ativos biológicos: O pronúnciam IAS 41 - Agricultura abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, que, no caso da Companhia, refere-se às plantações de cana-de-açúcar. Os ativos biológicos são reconhecidos no valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação dos valores são registrados em períodos...

Ativos biológicos

Ativos biológicos: O pronúnciam IAS 41 - Agricultura abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, que, no caso da Companhia, refere-se às plantações de cana-de-açúcar. Os ativos biológicos são reconhecidos no valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação dos valores são registrados em períodos...

Ativos biológicos

Ativos biológicos: O pronúnciam IAS 41 - Agricultura abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, que, no caso da Companhia, refere-se às plantações de cana-de-açúcar. Os ativos biológicos são reconhecidos no valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação dos valores são registrados em períodos...

Ativos biológicos

Ativos biológicos: O pronúnciam IAS 41 - Agricultura abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, que, no caso da Companhia, refere-se às plantações de cana-de-açúcar. Os ativos biológicos são reconhecidos no valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação dos valores são registrados em períodos...

Ativos biológicos

Ativos biológicos: O pronúnciam IAS 41 - Agricultura abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, que, no caso da Companhia, refere-se às plantações de cana-de-açúcar. Os ativos biológicos são reconhecidos no valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação dos valores são registrados em períodos...

Ativos biológicos

Ativos biológicos: O pronúnciam IAS 41 - Agricultura abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, que, no caso da Companhia, refere-se às plantações de cana-de-açúcar. Os ativos biológicos são reconhecidos no valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação dos valores são registrados em períodos...

Ativos biológicos

Ativos biológicos: O pronúnciam IAS 41 - Agricultura abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, que, no caso da Companhia, refere-se às plantações de cana-de-açúcar. Os ativos biológicos são reconhecidos no valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação dos valores são registrados em períodos...

Ativos biológicos

Ativos biológicos: O pronúnciam IAS 41 - Agricultura abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, que, no caso da Companhia, refere-se às plantações de cana-de-açúcar. Os ativos biológicos são reconhecidos no valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação dos valores são registrados em períodos...

Ativos biológicos

Ativos biológicos: O pronúnciam IAS 41 - Agricultura abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, que, no caso da Companhia, refere-se às plantações de cana-de-açúcar. Os ativos biológicos são reconhecidos no valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação dos valores são registrados em períodos...

Ativos biológicos

Ativos biológicos: O pronúnciam IAS 41 - Agricultura abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, que, no caso da Companhia, refere-se às plantações de cana-de-açúcar. Os ativos biológicos são reconhecidos no valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação dos valores são registrados em períodos...

Ativos biológicos

Ativos biológicos: O pronúnciam IAS 41 - Agricultura abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, que, no caso da Companhia, refere-se às plantações de cana-de-açúcar. Os ativos biológicos são reconhecidos no valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação dos valores são registrados em períodos...

Ativos biológicos

Ativos biológicos: O pronúnciam IAS 41 - Agricultura abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, que, no caso da Companhia, refere-se às plantações de cana-de-açúcar. Os ativos biológicos são reconhecidos no valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação dos valores são registrados em períodos...

Ativos biológicos

Ativos biológicos: O pronúnciam IAS 41 - Agricultura abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, que, no caso da Companhia, refere-se às plantações de cana-de-açúcar. Os ativos biológicos são reconhecidos no valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação dos valores são registrados em períodos...

Ativos biológicos

Ativos biológicos: O pronúnciam IAS 41 - Agricultura abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, que, no caso da Companhia, refere-se às plantações de cana-de-açúcar. Os ativos biológicos são reconhecidos no valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação dos valores são registrados em períodos...

Ativos biológicos

Ativos biológicos: O pronúnciam IAS 41 - Agricultura abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, que, no caso da Companhia, refere-se às plantações de cana-de-açúcar. Os ativos biológicos são reconhecidos no valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação dos valores são registrados em períodos...

Ativos biológicos

Ativos biológicos: O pronúnciam IAS 41 - Agricultura abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, que, no caso da Companhia, refere-se às plantações de cana-de-açúcar. Os ativos biológicos são reconhecidos no valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação dos valores são registrados em períodos...

Ativos biológicos

Ativos biológicos: O pronúnciam IAS 41 - Agricultura abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, que, no caso da Companhia, refere-se às plantações de cana-de-açúcar. Os ativos biológicos são reconhecidos no valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação dos valores são registrados em períodos...

Ativos biológicos

Ativos biológicos: O pronúnciam IAS 41 - Agricultura abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, que, no caso da Companhia, refere-se às plantações de cana-de-açúcar. Os ativos biológicos são reconhecidos no valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação dos valores são registrados em períodos...

Ativos biológicos

Ativos biológicos: O pronúnciam IAS 41 - Agricultura abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, que, no caso da Companhia, refere-se às plantações de cana-de-açúcar. Os ativos biológicos são reconhecidos no valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação dos valores são registrados em períodos...

Ativos biológicos

Ativos biológicos: O pronúnciam IAS 41 - Agricultura abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, que, no caso da Companhia, refere-se às plantações de cana-de-açúcar. Os ativos biológicos são reconhecidos no valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação dos valores são registrados em períodos...

Ativos biológicos

Ativos biológicos: O pronúnciam IAS 41 - Agricultura abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, que, no caso da Companhia, refere-se às plantações de cana-de-açúcar. Os ativos biológicos são reconhecidos no valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação dos valores são registrados em períodos...

Ativos biológicos

Ativos biológicos: O pronúnciam IAS 41 - Agricultura abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, que, no caso da Companhia, refere-se às plantações de cana-de-açúcar. Os ativos biológicos são reconhecidos no valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação dos valores são registrados em períodos...

Ativos biológicos

Ativos biológicos: O pronúnciam IAS 41 - Agricultura abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, que, no caso da Companhia, refere-se às plantações de cana-de-açúcar. Os ativos biológicos são reconhecidos no valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação dos valores são registrados em períodos...

Ativos biológicos

Ativos biológicos: O pronúnciam IAS 41 - Agricultura abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, que, no caso da Companhia, refere-se às plantações de cana-de-açúcar. Os ativos biológicos são reconhecidos no valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação dos valores são registrados em períodos...

Ativos biológicos

Ativos biológicos: O pronúnciam IAS 41 - Agricultura abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, que, no caso da Companhia, refere-se às plantações de cana-de-açúcar. Os ativos biológicos são reconhecidos no valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação dos valores são registrados em períodos...

Ativos biológicos

Ativos biológicos: O pronúnciam IAS 41 - Agricultura abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, que, no caso da Companhia, refere-se às plantações de cana-de-açúcar. Os ativos biológicos são reconhecidos no valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação dos valores são registrados em períodos...

Ativos biológicos

Ativos biológicos: O pronúnciam IAS 41 - Agricultura abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, que, no caso da Companhia, refere-se às plantações de cana-de-açúcar. Os ativos biológicos são reconhecidos no valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação dos valores são registrados em períodos...

Ativos biológicos

Ativos biológicos: O pronúnciam IAS 41 - Agricultura abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, que, no caso da Companhia, refere-se às plantações de cana-de-açúcar. Os ativos biológicos são reconhecidos no valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação dos valores são registrados em períodos...

Ativos biológicos

Ativos biológicos: O pronúnciam IAS 41 - Agricultura abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, que, no caso da Companhia, refere-se às plantações de cana-de-açúcar. Os ativos biológicos são reconhecidos no valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação dos valores são registrados em períodos...

Ativos biológicos

Ativos biológicos: O pronúnciam IAS 41 - Agricultura abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, que, no caso da Companhia, refere-se às plantações de cana-de-açúcar. Os ativos biológicos são reconhecidos no valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação dos valores são registrados em períodos...



3.4 Reconciliação do lucro líquido BR GAAP x IFRS da controladora e do consolidado

Nota	Controladora						
	30/06/2009	30/09/2009	31/12/2009	31/03/2010	30/06/2010	30/09/2010	31/12/2010
Lucro líquido em BR GAAP	337.269	173.367	167.129	308.730	8.719	439.726	27.903
Ajustes IFRS:							
Ativos biológicos	a	17.319	4.547	9.114	(21.481)	(788)	(12.808)
Combinação de negócios	b	(3.052)	2.918	(2.040)	(9.185)	(2.673)	(3.867)
Capitalização de custos de empréstimos	e	1.690	835	962	1.309	3.152	5.100
Revisão de vida útil do imobilizado	f	-	-	-	-	9.922	10.475
Instrumento financeiro derivativo decorrente de bônus de subscrição da Radar	g	-	-	-	-	23.873	-
Efeito equivalência Radar - propriedade de investimento	f	5.706	5.706	5.706	5.706	6.109	6.109
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes IFRS	(6.463)	(1.830)	(3.426)	(1.258)	(4.178)	(18)	(343)
Equivalência patrimonial sobre ajustes IFRS de investidas	52.646	(13.682)	5.346	(13.725)	(19.851)	(191.696)	7.884
Lucro líquido em IFRS	405.115	171.861	182.791	293.969	412	251.537	38.696

Nota	Controladora						
	30/06/2009	30/09/2009	31/12/2009	31/03/2010	30/06/2010	30/09/2010	31/12/2010
Lucro líquido em BR GAAP	337.269	173.367	167.129	308.730	8.719	439.726	27.903
Ajustes IFRS:							
Ativos biológicos	a	32.086	6.398	33.340	(26.955)	(42.163)	(11.594)
Combinação de negócios	b	25.687	(25.256)	(32.768)	(44.545)	(33.960)	(35.786)
Plano de pensão - benefício definido	h	699	699	699	1.255	(1.255)	(1.255)
Capitalização de custos de empréstimos	e	5.834	7.003	13.594	15.721	17.290	14.560
Revisão de vida útil do imobilizado	f	-	-	-	-	37.843	46.575
Outros ajustes	g	210	19	136	(8)	185	62
Instrumento financeiro derivativo decorrente de bônus de subscrição da Radar	f	5.706	5.706	5.706	5.706	6.109	6.109
Efeito equivalência Radar - propriedade de investimento	f	1.231	3.787	(5.100)	10.614	7.507	901
IRCS Diferido sobre ajustes acima	c	(3.607)	138	56	135	157	146,47
Equivalência patrimonial sobre ajustes IFRS de investidas	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido em IFRS	405.115	171.861	182.791	293.969	412	251.537	38.696

Nota	Controladora						
	30/06/2009	30/09/2009	31/12/2009	31/03/2010	30/06/2010	30/09/2010	31/12/2010
Lucro líquido em BR GAAP	337.269	173.367	167.129	308.730	8.719	439.726	27.903
Ajustes IFRS:							
Ativos biológicos	a	17.319	21.866	30.980	9.499	(788)	(14.719)
Combinação de negócios	b	(3.052)	(194)	(2.175)	(11.360)	(5.310)	(9.177)
Capitalização de custos de empréstimos	e	1.690	2.525	3.485	4.796	3.152	6.827
Revisão de vida útil do imobilizado	f	-	-	-	-	9.922	20.432
Instrumento financeiro derivativo decorrente de bônus de subscrição da Radar	g	-	-	-	-	23.873	-
Efeito equivalência Radar - propriedade de investimento	f	5.706	11.411	17.117	22.823	6.109	12.218
IRCS Diferido sobre ajustes acima	(6.463)	(8.293)	(11.719)	(12.977)	(4.178)	(4.196)	(4.338)
Equivalência patrimonial sobre ajustes IFRS de investidas	52.646	38.963	44.310	30.584	(19.851)	(211.547)	(203.663)
Lucro líquido em IFRS	405.115	576.974	759.765	1.053.733	412	251.590	290.646

Os fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de março de 2011 e 2010, tanto para o Consolidado e da Companhia, foram preparados de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) o qual é consistente com os requerimentos do IAS 7. Consequentemente, não existem diferenças materiais entre a demonstração de fluxo de caixa brasileiro adotado sob as IFRS e a demonstração de fluxo de caixa apresentada sob as práticas contábeis adotadas no Brasil. Descrição das principais diferenças que afetaram as demonstrações financeiras da Companhia: a) **Ativos biológicos:** De acordo com o CPC 29 (IAS 41), os ativos biológicos da Companhia passaram a ser mensurados ao seu valor justo a cada fim de período, aplicando o método de fluxo de caixa futuro descontado. De acordo com as práticas contábeis antes da adoção do IFRS, até o exercício findo em 31 de março de 2010, inclusive, os ativos biológicos eram mantidos a custo histórico menos respectiva exaustão e eram classificados e apresentados no balanço patrimonial parte como estoques, representado pelos custos de manutenção da lavoura a ser exaurida em até 12 meses, parte como imobilizado, representado pelos custos de formação inicial das lavouras de cana-de-açúcar plantio, os quais eram amortizados pelo prazo médio de 5 anos, representado pela expectativa de safra a serem colhidas. O ajuste negativo decorrente do valor justo dos ativos biológicos na data de transição para o IFRS não foi considerado um indicador de impairment do valor registrado de acordo com as práticas contábeis anteriores, quando eram classificados como estoques e ativo imobilizado. Os valores anteriormente registrados foram considerados recuperáveis em 1º de abril de 2009, com base na expectativa de fluxo de caixa futuro considerando que a cana-de-açúcar produzida seria revertida em açúcar e etanol para posterior venda. b) **Combinação de negócios:** De acordo com o CPC 15 (IFRS 3), todos os ativos e passivos de negócios adquiridos após a data de transição, no caso de combinações de negócios sendo 1º de dezembro de 2008 (data de aquisição da Cosan CL), incluindo eventuais ativos intangíveis, são avaliados ao seu valor justo na data de transição. Além disso, compras de negócios com pagamento em ações ou outros títulos de emissão da adquirente precisam também ser avaliados a valor justo para fins de determinação do valor da compra, o que consequentemente afetará o valor do ágio calculado. A contraprestação que o adquirente transfere em troca do controle sobre a adquirida inclui qualquer ativo ou passivo resultante de acordo com uma contraprestação contingente. O adquirente deve reconhecer a contraprestação contingente pelo seu valor justo na data de aquisição como parte da contraprestação para obtenção do controle da adquirida. Caso a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos seja superior ao custo, pelas IFRS e novas regras do CPC, esse excesso (anteriormente conhecido como deságio) é registrado como um ganho imediato no resultado do exercício a que se refere. De acordo com as práticas contábeis adotadas antes da adoção do IFRS, o ágio na combinação de negócios era calculado com base no valor pago, sendo que pagamento com ações levava em conta o valor patrimonial das ações dadas em pagamento e não seu valor de mercado, menos o patrimônio líquido da companhia adquirida. Esse patrimônio líquido não considerava seus ativos e passivos avaliados a valor justo nem considerava a existência de eventuais ativos intangíveis a serem registrados. Caso fosse identificado um deságio, esse seria registrado no passivo não circulante. Consequentemente, os valores de ativos e passivos apresentados nos balanços consolidados diferem daqueles anteriormente apresentados, assim como o resultado dos exercícios trazem os reflexos pela realização das diferenças entre as bases de ativos e passivos desde a combinação de negócios. c) **Participação dos acionistas não controladores:** De acordo com o CPC 36 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais (equivalente a IAS 27), a participação dos acionistas não controladores é apresentada nos balanços patrimoniais como parte do patrimônio líquido, segregada da participação dos acionistas da controladora. Na demonstração do resultado, a participação dos acionistas não controladores não é deduzida na avaliação do lucro líquido ou prejuízo do exercício, sendo apenas destacada da participação dos acionistas da controladora. De acordo com as práticas contábeis adotadas antes da adoção do IFRS, a participação dos acionistas não controladores é apresentada entre o passivo não circulante e o patrimônio líquido no balanço patrimonial e é deduzida do lucro líquido ou prejuízo do exercício na demonstração do resultado. Adicionalmente, os ajustes decorrentes da transição para o IFRS foram refletidos na participação dos acionistas não controladores. d) **Custo atribuído (deemed cost):** A Companhia optou pela mensuração das suas propriedades agrícolas (terras), na data de transição para o IFRS, pelo custo atribuído daquela data. e) **Capitalização de custos de empréstimos:** Sob as práticas contábeis anteriormente adotadas, a Companhia não efetuava a capitalização de custos de empréstimos sobre ativo imobilizado em construção. Na data de transição, a Companhia optou por capitalizar custos de empréstimos apenas com relação a ativos qualificáveis, para os quais a data de início para capitalização foi a partir da data de transição. f) **Mensuração de propriedades para investimento da coligada Radar:** As propriedades para investimentos da coligada Radar eram mensuradas pelo custo de aquisição, com a adoção do IFRS passaram a ser mensuradas pelo valor justo. As variações ocorridas no valor justo após a data de transição são registradas na linha de outras receitas na demonstração do resultado da coligada e trazidas por equivalência patrimonial na demonstração de resultado na Companhia. g) **Warrants:** A Companhia possui Warrants (bônus de subscrição) da coligada Radar, exercíveis em qualquer momento até o vencimento (agosto de 2018). Tais Warrants permitirão à Cosan compra de ações adicionais, equivalentes a 20% do total de ações a partir da data de exercício. O exercício dos Warrants não muda a classificação da Radar de coligada para controlada. Esses Warrants não foram considerados um instrumento financeiro no BR GAAP até 31 de março de 2010, uma vez que não podem ser realizados de forma líquida. Radar é uma entidade privada. No entanto, para fins de IFRS são tratados como um instrumento financeiro separado mensurado ao valor justo. h) **Plano de pensão:** Segundo as práticas contábeis adotadas antes da adoção do IFRS, até 31 de março de 2010, a Companhia registrou seu plano definido de benefício definido pelo método do corredor em relação às ganhos e perdas atuariais. Com a adoção do IAS 19, a Companhia optou por reconhecer o ganho e perdas atuariais no período em que ocorrerem como um componente de outros resultados abrangentes. i) **Reclassificações de acordo com o IFRS:** As principais reclassificações realizadas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o IFRS são as seguintes: i) **Depósitos judiciais:** De acordo com o IFRS, os depósitos judiciais são apresentados em valores brutos no ativo não-circulante por não satisfizerem os requerimentos para compensação de valor por um passivo nos termos do IAS 1. Conforme as práticas contábeis adotadas antes da adoção do IFRS, as provisões para demandas judiciais eram apresentadas líquidas dos depósitos judiciais no passivo não circulante. ii) **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reclassificou para o grupo não circulante a totalidade dos impostos diferidos, anteriormente segregados entre os grupos circulante e não circulante, demonstrando o valor líquido entre ativo e passivo no balanço patrimonial.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	1º de abril de 2009	1º de abril de 2010	1º de abril de 2009	1º de abril de 2010
Caixa	146	247	40	289
Overnight	-	-	-	384
Bancos conta movimento	11.971	1.767	44.081	64.437
Valores aguardando fechamento de câmbio	5.952	125.882	46.776	78.353
Aplicações financeiras	354.249	158.029	297.829	1.078.599
	372.318	285.925	388.726	1.254.070

Em 31 de março de 2011, a Companhia tinha disposições linhas de crédito de financiamento junto ao BNDES, nos valores, no montante total de R\$1.064.930 (2010: R\$765.075). A utilização destas linhas de crédito depende do atendimento de certas condições contratuais.

5. CAIXA RESTRITO

	Controladora		Consolidado	
	1º de abril de 2009	1º de abril de 2010	1º de abril de 2009	1º de abril de 2010
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	61.072	-
Margens em operações derivativas	2.719	44.972	11.757	126.872
	2.719	44.972	11.757	126.872

6. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	Controladora		Consolidado	
	1º de abril de 2009	1º de abril de 2010	1º de abril de 2009	1º de abril de 2010
Valor justo da opção da Radar (1)	162.961	149.713	125.841	162.961
Certificado do Tesouro Nacional - CTN (2)	58.812	31.234	27.355	257.459
	221.773	180.947	153.197	420.417

(1) A Companhia possui Warrants da coligada Radar, exercíveis em qualquer momento até o vencimento (agosto de 2018). Tais Warrants permitirão à Cosan compra de ações adicionais pelo valor de R\$41,67 ajustado pela inflação (IPCA), equivalentes a 20% do total de ações emitidas pela Radar na data de exercício. O exercício dos Warrants não vai mudar a classificação desse investimento, uma coligada. O valor justo desses Warrants foi calculado baseado em dados de mercado observáveis. (2) Títulos públicos, emitidos pelo Tesouro Nacional Brasileiro no âmbito do Programa Especial de Securitização Agrícola - "PESA", com prazo original de 20 anos, vendidos em garantia à operação de securitização, denominada PESA (nota explicativa 10). Esses títulos rendem anualmente o IGPM mais juros anuais de 12%, que são capitalizáveis. O valor desses títulos no seu vencimento será equivalente ao valor do principal da dívida devida do PESA no mesmo momento. Caso a dívida seja paga antecipadamente, a Companhia poderá mantê-lo em carteira até o seu vencimento ou soldar.

7. DUPLICATAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	1º de abril de 2009	1º de abril de 2010	1º de abril de 2009	1º de abril de 2010
Recarga (despesa) financeira	-	-	-	-
Cosan Limited	223	18.045	-	-
Rezende Barbosa	123	18.045	-	-
Outros	524	64	-	-
	749	96.576	-	-

(1) A Companhia possui Warrants da coligada Radar, exercíveis em qualquer momento até o vencimento (agosto de 2018). Tais Warrants permitirão à Cosan compra de ações adicionais pelo valor de R\$41,67 ajustado pela inflação (IPCA), equivalentes a 20% do total de ações emitidas pela Radar na data de exercício. O exercício dos Warrants não vai mudar a classificação desse investimento, uma coligada. O valor justo desses Warrants foi calculado baseado em dados de mercado observáveis. (2) Títulos públicos, emitidos pelo Tesouro Nacional Brasileiro no âmbito do Programa Especial de Securitização Agrícola - "PESA", com prazo original de 20 anos, vendidos em garantia à operação de securitização, denominada PESA (nota explicativa 10). Esses títulos rendem anualmente o IGPM mais juros anuais de 12%, que são capitalizáveis. O valor desses títulos no seu vencimento será equivalente ao valor do principal da dívida devida do PESA no mesmo momento. Caso a dívida seja paga antecipadamente, a Companhia poderá mantê-lo em carteira até o seu vencimento ou soldar.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE MARÇO DE 2011, 2010 E 1º DE ABRIL DE 2009 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Controladora						
	30/06/2009	30/09/2009	31/12/2009	31/03/2010	30/06/2010	30/09/2010	31/12/2010
Lucro líquido em BR GAAP	337.269	173.367	167.129	308.730	8.719	439.726	27.903
Ajustes IFRS:							
Ativos biológicos	a	17.319	4.547	9.114	(21.481)	(788)	(12.808)
Combinação de negócios	b	(3.052)	2.918	(2.040)	(9.185)	(2.673)	(3.867)
Capitalização de custos de empréstimos	e	1.690	835	962	1.309	3.152	5.100
Revisão de vida útil do imobilizado	f	-	-	-	-	9.922	10.475
Instrumento financeiro derivativo decorrente de bônus de subscrição da Radar	g	-	-	-	-	23.873	-
Efeito equivalência Radar - propriedade de investimento	f	5.706	5.706	5.706	5.706	6.109	6.109
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes IFRS	(6.463)	(1.830)	(3.426)	(1.258)	(4.178)	(18)	(343)
Equivalência patrimonial sobre ajustes IFRS de investidas	52.646	(13.682)	5.346	(13.725)	(19.851)	(191.696)	7.884
Lucro líquido em IFRS	405.115	171.861	182.791	293.969	412	251.537	38.696

Nota	Controladora						
	30/06/2009	30/09/2009	31/12/2009	31/03/2010	30/06/2010	30/09/2010	31/12/2010
Lucro líquido em BR GAAP	337.269	173.367	167.129	308.730	8.719	439.726	27.903
Ajustes IFRS:							
Ativos biológicos	a	32.086	6.398	33.340	(26.955)	(42.163)	(11.594)
Combinação de negócios	b	25.687	(25.256)	(32.768)	(44.545)	(33.960)	(35.786)
Plano de pensão - benefício definido	h	699	699	699	1.255	(1.255)	(1.255)
Capitalização de custos de empréstimos	e	5.834	7.003	13.594	15.721	17.290	14.560
Revisão de vida útil do imobilizado	f	-	-	-	-	37.843	46.575
Outros ajustes	g	210	19	136	(8)	185	62
Instrumento financeiro derivativo decorrente de bônus de subscrição da Radar	f	5.706	5.706	5.706	5.706	6.109	6.109
Efeito equivalência Radar - propriedade de investimento	f	1.231	3.787	(5.100)	10.614	7.507	901
IRCS Diferido sobre ajustes acima	c	(3.607)	138	56	135	157	146,47
Equivalência patrimonial sobre ajustes IFRS de investidas	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido em IFRS	405.115	171.861	182.791	293.969	412	251.537	38.696

Nota	Controladora						
	30/06/2009	30/09/2009	31/12/2009	31/03/2010	30/06/2010	30/09/2010	31/12/2010
Lucro líquido em BR GAAP	337.269	173.367	167.129	308.730	8.719	439.726	27.903
Ajustes IFRS:							
Ativos biológicos	a	17.319	21.866	30.980	9.499	(788)	(14.719)
Combinação de negócios	b	(3.052)	(194)	(2.175)	(11.360)	(5.310)	(9.177)
Capitalização de custos de empréstimos	e	1.690	2.525	3.485	4.796	3.152	6.827
Revisão de vida útil do imobilizado	f	-	-	-	-	9.922	20.432
Instrumento financeiro derivativo decorrente de bônus de subscrição da Radar	g	-	-	-	-	23.873	-
Efeito equivalência Radar - propriedade de investimento	f	5.706	11.411	17.117	22.823	6.109	12.218
IRCS Diferido sobre ajustes acima	(6.463)	(8.293)	(11.719)	(12.977)	(4.178)	(4.196)	(4.338)
Equivalência patrimonial sobre ajustes IFRS de investidas	52.646	38.963	44.310	30.584	(19.851)	(211.547)	(203.663)
Lucro líquido em IFRS	405.115						

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE MARÇO DE 2011, 2010 E 1º DE ABRIL DE 2009 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. INTANGÍVEL

Custo ou avaliação: Em 1º de abril de 2009	Controladora		Total	
	Agio	Outras	Agio	Outras
Adições	41.477	595.804	41.477	595.804
Adições por alienação	4.524	-	4.524	-
Em 31 de março de 2010	46.001	550.600	46.001	550.600
Em 31 de março de 2011	46.001	550.600	46.001	550.600
Amortização: Em 1º de abril de 2009	(15.002)	(218.361)	(15.002)	(218.361)
Despesa de amortização no exercício	(8.794)	-	(8.794)	-
Em 31 de março de 2010	(23.796)	(218.361)	(23.796)	(218.361)
Despesa de amortização no exercício	(9.133)	-	(9.133)	-
Em 31 de março de 2011	(32.929)	(218.361)	(32.929)	(218.361)
Valor residual líquido: Em 31 de março de 2010	22.205	332.239	22.205	332.239
Em 31 de março de 2011	13.272	332.239	13.272	332.239
Em 1º de abril de 2009	26.473	377.443	26.473	377.443

Custo ou avaliação: Em 1º de abril de 2009	Licença de software		Marcas e patentes		Agio e carteira de clientes		Fidelização de		Total	
	Agio	Outras	Agio	Outras	Agio	Outras	Agio	Outras	Agio	Outras
Adições	66.090	3.121	341.221	1.770.176	266.443	-	59.404	-	2.503.334	-
Adições por incorporação/aquisição	7.139	-	-	-	49.746	-	42.607	-	49.746	-
Outras	(5.972)	-	-	(41.066)	-	-	-	-	(47.038)	-
Em 31 de março de 2010	67.257	3.121	341.221	1.729.110	316.192	-	92.014	-	2.506.053	-
Em 31 de março de 2011	67.257	3.121	341.221	1.729.110	316.192	-	92.014	-	2.506.053	-
Amortização: Em 1º de abril de 2009	(14.153)	-	(49.134)	-	(20.030)	-	(6.479)	-	(37.739)	-
Despesa de amortização no exercício	(5.874)	-	-	-	-	-	-	-	(5.874)	-
Em 31 de março de 2010	(19.027)	-	-	-	-	-	-	-	(43.613)	-
Despesa de amortização no exercício	(5.969)	-	-	-	-	-	-	-	(5.969)	-
Em 31 de março de 2011	(24.996)	-	-	-	-	-	-	-	(49.582)	-
Valor residual líquido: Em 31 de março de 2010	48.230	3.121	292.091	1.729.110	296.162	-	85.535	-	2.462.440	-
Em 31 de março de 2011	42.261	3.121	292.091	1.729.110	296.162	-	85.535	-	2.416.458	-
Em 1º de abril de 2009	26.473	-	-	-	-	-	-	-	26.473	-

Custo ou avaliação: Em 1º de abril de 2009	Licença de software		Marcas e patentes		Agio e carteira de clientes		Fidelização de		Total	
	Agio	Outras	Agio	Outras	Agio	Outras	Agio	Outras	Agio	Outras
Adições	66.090	3.121	341.221	1.770.176	266.443	-	59.404	-	2.503.334	-
Adições por incorporação/aquisição	7.139	-	-	-	49.746	-	42.607	-	49.746	-
Outras	(5.972)	-	-	(41.066)	-	-	-	-	(47.038)	-
Em 31 de março de 2010	67.257	3.121	341.221	1.729.110	316.192	-	92.014	-	2.506.053	-
Em 31 de março de 2011	67.257	3.121	341.221	1.729.110	316.192	-	92.014	-	2.506.053	-
Amortização: Em 1º de abril de 2009	(14.153)	-	(49.134)	-	(20.030)	-	(6.479)	-	(37.739)	-
Despesa de amortização no exercício	(5.874)	-	-	-	-	-	-	-	(5.874)	-
Em 31 de março de 2010	(19.027)	-	-	-	-	-	-	-	(43.613)	-
Despesa de amortização no exercício	(5.969)	-	-	-	-	-	-	-	(5.969)	-
Em 31 de março de 2011	(24.996)	-	-	-	-	-	-	-	(49.582)	-
Valor residual líquido: Em 31 de março de 2010	48.230	3.121	292.091	1.729.110	296.162	-	85.535	-	2.462.440	-
Em 31 de março de 2011	42.261	3.121	292.091	1.729.110	296.162	-	85.535	-	2.416.458	-
Em 1º de abril de 2009	26.473	-	-	-	-	-	-	-	26.473	-

(CCL): Unidade geradora de caixa de logística (RUMO). Os valores contábeis combinados de agio alocados para cada unidade são a seguir:

Valor contábil do agio	2011		2010		1º de abril de 2009	
	RS mil	%	RS mil	%	RS mil	%
Unidade geradora de caixa CA4	1.433.982	57,1	1.374.437	53,7	1.003.378	38,2
Unidade geradora de caixa CCL	735.524	28,8	747.885	28,5	766.796	28,8
Unidade geradora de caixa RUMO	63.814	2,5	56.919	2,1	55.215	2,0
Total do agio	2.233.320	100,0	2.179.241	100,0	1.770.176	100,0

Carteira de clientes (d) 3,45% 247.907 257.176 266.443
 Licença de operação e contratos com clientes (e) 3,70% 294.475 308.214
 Contratos de arrendamento de terras (f) 5,56% 140.387 149.028
 Fidelização de rede de postos 107.304 75.436 59.404
 Outros 38.767 11.272
 Total 1.192.353 1.202.214 695.779

(a) Direito de uso da marca Esso, ativo intangível proveniente da combinação de negócios da Cosan CL (b) Direito de uso da marca de lubrificantes Mobil, ativo intangível proveniente da combinação de negócios da Cosan CL (c) Marca "União", ativo intangível proveniente da combinação de negócios da Curupay (d) Retiro-esse relacionamento entre a Esso e os postos que mantém a sua bandeira, ativo intangível proveniente da combinação de negócios da Cosan CL (e) Licença de operação portuária e relacionamento com clientes da Teagu, ativo intangível proveniente da combinação de negócios da Teagu (f) Ativo intangível relacionado relativo a contratos existentes de arrendamento de terras na data de aquisição da Curupay. **Teste de perda ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo agio:** Para o propósito de teste de perda ao valor recuperável, o agio alocado aos segmentos operacionais da Companhia, em que o agio é monitorado para os propósitos de administração interna, ruca acima dos segmentos operacionais de produção O agio adquirido por meio de combinações de negócios foi alocado a três unidades geradoras de caixa, que também são segmentos operacionais que divulgam informações, como a seguir demonstrado: Unidade geradora de caixa de açúcar e etanol ("CA4"); Unidade geradora de caixa de distribuição de combustíveis e lubrificantes

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Descrição	Encargos financeiros (1)		Controladora		Consolidado		Vencimento final	
	Indexador	Taxa média anual de juros	2011	2010	2011	2010		
Senior Notes Due 2009	Dólar (US)	Juros de 9,0%	-	86.456	-	86.456	Novembro/2009	
Senior Notes Due 2014	Dólar (US)	Juros de 9,5%	-	576.814	631.246	576.814	Julho/2014	
Senior Notes Due 2017	Dólar (US)	Juros de 7,0%	-	658.954	720.573	658.954	Fevereiro/2017	
Comerciais	DI - Depósitos Interbancários	Juros de 0,0%	-	1.161.971	-	1.161.971	Outubro/2009	
BNDES	URTIJLP	Juros de 2,6%	-	1.308.034	1.053.337	1.308.034	Outubro/2025	
		Juros de 4,5%	-	242.508	-	242.508	Julho/2020	
		Juros de 7,1%	-	38.947	-	38.947	Julho/2019	
Cédula de crédito bancário	Pré-fixado	Juros de 0,6%+CDI	-	-	31.378	62.497	Dezembro/2011	
	UNDB	Juros de 1,7%	65.215	296.375	143.250	228.229	Março/2012	
ACC	Dólar (US)	Juros de 0,3%	741.553	810.896	1.054.119	1.236.209	Novembro/2015	
Bônus perpétuos	Dólar (US)	Juros de 7,4%	-	114.329	-	114.329	Julho/2014	
Resolução 2471 (PESA)	GP-M	Juros de 3,95%	110.361	99.493	97.642	674.392	603.504	Abril/2023
	Pré-fixado	Juros de 3,0%	114	121	129	114	129	Outubro/2025
Crédito-Rural	Pré-fixado	Juros de 6,7%	31.168	-	92.352	-	-	Outubro/2011
Pré-pagamentos	Dólar (US) + Libor	Juros de 6,0%	244.843	537.390	738.472	976.277	Fevereiro/2016	
Nota de Crédito	Pré-fixado	Juros de 10,0%	303.028	311.916	303.719	350.140	Novembro/2014	
	Dólar (US)	Juros de 4,6%	167.196	182.831	314.105	192.831	Fevereiro/2013	
Finame	Pré-fixado	Juros de 19,7%	-	10.142	-	10.142	Outubro/2012	
	URTIJLP	Juros de 4,9%	225	1.014	517.842	104.214	1.014	Julho/2020
	Dólar (US)	Juros de 0,7%	20.162	20.070	187.336	94.775	43.653	Março/2012
Outros	Diversos	Diversos	-	62.294	58.675	25.333	Novembro/2012	
Despesas com liquidação de títulos	Diversos	Diversos	(1.368)	(18.488)	(21.757)	(44.015)	(42.352)	Diversos
			1.661.762	2.240.921	2.657.217	7.191.295	5.931.530	4.334.960
			(110.526)	(500.142)	(1.419.451)	(916.400)	(795.001)	(1.449.504)
			1.551.236	1.740.779	1.237.766	6.274.895	5.136.529	2.885.456

(1) Todos os empréstimos e financiamentos são garantidos por notas promissórias e avais da Companhia e suas controladas e dos acionistas controladores, além das garantias reais como: (i) Direitos creditórios provenientes dos contratos de comercialização de energia (BNDES); (ii) CTN e hipoteca de terras (PESA); e (iii) Alienação fiduciária dos bens financiados (Finame).

(2) Encargos financeiros em 31 de março de 2011, exceto quando de outra forma indicada; As parcelas vencidas a longo prazo, deduzidas as amortizações das despesas com colocação de títulos, apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Diap	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
13 a 24 meses	223.578	333.679	16.029	745.454
25 a 36 meses	363.953	510.570	23.401	762.849
37 a 48 meses	60.926	33	1.016.797	235.191
49 a 60 meses	60.992	26	2.056	749.737
61 a 72 meses	8	8	878.092	19.447
73 a 84 meses	8	8	222.289	825.623
85 a 96 meses	19.443	8	453.711	109.472
A partir de 97 meses	822.328	896.447	1.138.125	1.423.940
	1.551.236	1.740.779	1.237.766	6.274.895

PESA - Resolução 2471: No período entre 1998 e 2000, a Companhia e empresas controladas renegotiaram com diversas instituições financeiras suas dívidas relativas a financiamento para custeio agrícola, reduzindo seu custo financeiro para taxas de juros anuais inferiores a 10%, garantindo a amortização do principal atualizado da dívida com a cessação e transferência de Certificados do Tesouro Nacional, resgatáveis na liquidação da dívida, aproveitando incentivo promovido pela resolução do Banco Central nº 2471, de 26 de fevereiro de 1998. A referida dívida é auto-liquidada mediante resgate dos CTNs, conforme mencionado na nota explicativa 6. **Senior Notes devidas em 2014:** Em 04 de agosto de 2009, a controlada indireta CCL Finance Limited emitiu Senior Notes no mercado internacional de acordo com os "Regulations S and 144A" no montante de US\$350.000 mil, as quais estão sujeitas a juros de 9,5% ao ano, pagáveis semestralmente em fevereiro e agosto de cada ano, a partir de fevereiro de 2010. **Senior Notes devidas em 2017:** Em 26 de janeiro de 2007, a subsidiária integral Cosan Finance Limited emitiu Senior Notes no mercado internacional de acordo com os "Regulations S and 144A" no montante de US\$400.000 mil, as quais estão sujeitas a juros de 7% ao ano, pagáveis semestralmente em fevereiro e agosto de cada ano. **Notas Promissórias Comerciais:** Em 17 de novembro de 2008, foram emitidas 44 notas promissórias, nominativas, de série única, ao prelo autorizado de R\$25.000 cada, cujo valor da oferta totalizou R\$1.100.000.

Em 12 de novembro de 2009, a Companhia efetuou a quitação integral desse financiamento, cujo montante totalizou R\$1.249.745. BNDES: Correspondem a recursos captados pelas controladas diretas e indiretas, Cosan S.A. Bioenergia, Barra Bioenergia S.A. e Cosan Centrose S.A. Aplicar e Alcool destinados ao financiamento dos projetos de cogeração e greenfield. **Bônus Perpétuos:** Em 24 de janeiro e 10 de fevereiro de 2006, a Companhia emitiu Bônus Perpétuos no mercado internacional de acordo com os "Regulations S e Rule 144A" no montante de US\$450.000 mil para investidores institucionais. Os Bônus Perpétuos estão listados na bolsa de Luxemburgo (Luxemburg Stock Exchange - EUROMQTF) e estão sujeitos a juros de 8,25% ao ano, pagáveis trimestralmente nos dias 15 dos meses de maio, agosto, novembro e fevereiro de cada ano, com o primeiro pagamento em 15 de maio de 2006. Esses Bônus poderão, por opção da Companhia, ser resgatados a partir de 15 de fevereiro de 2011 em qualquer data de pagamento de juros, pelo valor de face. Os Bônus Perpétuos estão garantidos pela própria Companhia e pela Cosan S.A. Aplicar e Alcool ("Cosan Aplicar & Alcool"). Em novembro de 2010, a controlada Cosan Overseas Limited emitiu Perpetual Notes no mercado internacional de acordo com os "Regulations S" no montante de US\$ 300.000 mil, as quais estão sujeitas a juros de 8,25% ao ano, pagáveis trimestralmente. **Adiantamento de Contratos de Câmbio e Nota de Crédito:** Os adiantamentos de contrato de câmbio e notas de crédito foram firmados com diversas instituições financeiras e serão liquidados através de operações efetuadas ao longo de 2011 a 2014. Estas operações estão sujeitas a juros que variam de 0,1% a 8,25% ao ano, pagáveis semestralmente e no vencimento. **Finame:** Refere-se a financiamentos relativos a operações de FINAME - Financiamento de Máquinas e Equipamentos, intermediados por diversas instituições financeiras, e são destinados a investimentos no auto-ativado. Estes financiamentos estão sujeitos a juros que variam de 1,15% a 9,73% ao ano, pagáveis mensalmente e são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados. **Cláusulas Restritivas ("Covenants")** A Companhia e suas controladas estão sujeitas a determinadas cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros avaliados mensalmente. As cláusulas restritivas vêm sendo atendidas pela Companhia e suas controladas.

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
ICMS	7.268	8.655	15.460	61.295
PIF	843	886	117	30.661
INSS	5.828	6.933	5.922	25.309
PIS	-	1.120	2.868	7.229
COFINS	-	5.153	12.808	33.721
Parcelamento de débitos - Refis IV	100.768	97.703	-	67.645
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (1)	-	-	-	273.507
Programa de Parcelamento Especial - PAES (1)	-	-	50.906	294
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	-	8.216	20.928
Outros	7.758	9.618	5.125	23.303
Circulante	122.475	130.278	91.496	884.355
Não circulante	(93.759)	(42.633)	(36.076)	(245.284)
	28.717	87.645	55.410	639.071

(1) Todos os parcelamentos do REFIS e PAES, à exceção do parcelamento relacionado ao salário-educação foram incluídos no parcelamento de débitos - Refis IV.

Os montantes vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
13 a 24 meses	11.890	12.363	16.143	67.848
25 a 36 meses	7.335	6.675	15.460	61.295
37 a 48 meses	1.199	6.525	14.704	60.396
49 a 60 meses	6.870	6.169	4.314	60.081
61 a 72 meses	6.489	6.043	1.005	52.243
73 a 84 meses	6.489	5.521	1.005	46.707
85 a 96 meses	6.489	5.521	1.005	45.799
A partir de 97 meses	36.766	36.808	1.7	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE MARÇO DE 2011, 2010 E 1º DE ABRIL DE 2009 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de preço: derivativos de mercadorias em aberto em 31 Mar. 2011

Derivativos	Comprado/Vendido	Mercado	Contrato	Taxa	Nacional	Valor Justo
<i>Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos designados no hedge accounting</i>						
Futuro	Vendido	NYBOT	#11	01/Mai/11	23.150 T	26.442 (392)
Futuro	Vendido	NYBOT	#11	01/Mai/11	208.239 T	200.552 (2.154)
Futuro	Vendido	NYBOT	#11	01/Jul/11	520.877 T	424.617 (43.705)
Futuro	Vendido	NYBOT	#11	01/Jul/11	513.460 T	388.694 (56.734)
Futuro	Vendido	NYBOT	#11	01/Mar/12	139.656 T	121.973 2.827
Subtotal de futuros de Açúcar Vendidos						(100.159)
<i>Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos não designados no hedge accounting</i>						
Futuro	Comprado	NYBOT	#11	01/Mai/11	(55.883 T)	4.807
Futuro	Comprado	NYBOT	#11	01/Jul/11	(7.620 T)	6.786
Futuro	Comprado	NYBOT	#11	01/Out/11	(50.802 T)	3.758
Futuro	Comprado	NYBOT	#11	01/Mar/12	(84.027 T)	22.623
Subtotal de futuros de Açúcar Comprado						31.253

Risco de taxa de câmbio: Derivativos de taxa de câmbio em aberto em 31 Mar. 2011

Derivativos	Comprado/Vendido	Mercado	Contrato	Vencimento	Nacional	Valor Justo
<i>Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos designados no hedge accounting</i>						
Termo	Vendido	OTC/Cetip	NDF	01/Abr/11	166.150	3.279
Termo	Vendido	OTC/Cetip	NDF	31/Mai/11	117.782	2.094
Termo	Vendido	OTC/Cetip	NDF	01/Jul/11	84.645	1.349
Termo	Vendido	OTC/Cetip	NDF	01/Ago/11	85.300	1.422
Termo	Vendido	OTC/Cetip	NDF	03/Out/11	396.618	11.046
Termo	Vendido	OTC/Cetip	NDF	02/Jan/12	91.075	3.744
Subtotal de Termos Vendido						22.932
<i>Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos não designados no hedge accounting</i>						
Futuro	Comprado	BM&FVespa	Dólar	02/Mai/11	(114.204)	(117)
Subtotal de Futuros Comprados						(117)
Termo	Comprado	OTC	NDF (Offshore)	04/Mai/11	(10.780)	(625)
Termo	Comprado	OTC	NDF (Offshore)	04/Ago/11	(11.014)	(619)
Termo	Comprado	OTC	NDF (Offshore)	04/Nov/11	(11.246)	(613)
Termo	Comprado	OTC	NDF (Offshore)	03/Fev/12	(11.489)	(604)
Termo	Comprado	OTC	NDF (Offshore)	04/Mai/12	(11.722)	(584)
Termo	Comprado	OTC	NDF (Offshore)	03/Ago/12	(11.978)	(586)
Termo	Comprado	OTC	NDF (Offshore)	01/Nov/12	(12.239)	(595)
Termo	Comprado	OTC	NDF (Offshore)	04/Fev/13	(12.504)	(595)
Termo	Comprado	OTC	NDF (Offshore)	03/Mai/13	(12.739)	(571)
Termo	Comprado	OTC	NDF (Offshore)	02/Ago/13	(12.977)	(534)
Termo	Comprado	OTC	NDF (Offshore)	04/Nov/13	(13.256)	(493)
Termo	Comprado	OTC	NDF (Offshore)	04/Fev/14	(13.521)	(462)
Termo	Comprado	OTC	NDF (Offshore)	02/Mai/14	(13.743)	(476)
Termo	Comprado	OTC	NDF (Offshore)	04/Ago/14	(14.002)	(617)
Termo	Comprado	OTC	NDF (Offshore)	04/Nov/14	(14.261)	(754)
Termo	Comprado	OTC	NDF (Offshore)	04/Fev/15	(14.497)	(872)
Termo	Comprado	OTC	NDF (Offshore)	04/Mai/15	(14.726)	(991)
Termo	Comprado	OTC	NDF (Offshore)	04/Ago/15	(15.003)	(1.152)
Termo	Comprado	OTC	NDF (Offshore)	04/Nov/15	(15.254)	(1.291)
Subtotal de Termos Comprado						(13.033)
Total de câmbio						9.783

Em 31 de março de 2011 e 2010, a Companhia e suas controladas apresentavam a seguinte exposição líquida à variação do dólar norte-americano em ativos e passivos denominados em dólares norte-americano:

	2011	2010
	US\$ (em milhares)	US\$ (em milhares)
Valores aguardando fechamento de câmbio (nota explicativa 4)	78.353	48.108
Overnight (nota explicativa 4)	34.392	21.116
Caixa restrito (nota explicativa 5)	126.872	77.898
Duplicatas a receber do exterior (nota explicativa 7)	7.556	4.639
Empréstimos em moedas estrangeiras (nota explicativa 16)	(542.334)	(332.982)
Pré-pagamentos (nota explicativa 16)	(736.472)	(452.184)
Senior Notes devido em 2014 (nota explicativa 16)	(676.814)	(354.156)
Senior Notes devido em 2017 (nota explicativa 16)	(658.954)	(404.589)
Bônus perpétuos (nota explicativa 16)	(1.236.209)	(759.016)
Exposição cambial líquida	(3.503.610)	(2.151.166)

e) Efeitos do hedge accounting: No início do exercício findo em 31 de março de 2011, a Companhia efetuou a designação formal de suas operações sujeitas a hedge accounting para os instrumentos financeiros derivativos de proteção de fluxos de caixa das receitas de exportação de açúcar VHP, documentando: (i) o relacionamento do hedge, (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco da Companhia em tomar o hedge, (iii) a identificação do instrumento financeiro, (iv) o objeto ou transação coberta, (v) a natureza do risco a ser coberto, (vi) a descrição da relação de cobertura, (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura, e (viii) a demonstração retrospectiva e prospectiva da efetividade do hedge. A Companhia designou os instrumentos financeiros derivativos de Sugar#11 (NYBOT ou OTC) para cobertura do risco de preço e Non-Deliverable Forward (NDF) para a cobertura de risco de câmbio, conforme demonstrado nos tópicos (b) e (c) desta nota explicativa. A Companhia efetuou registro dos ganhos e perdas considerados como efetivos para fins do hedge accounting em conta específica no patrimônio líquido, além que o objeto de cobertura (item protegido) afete o resultado, momento no qual este ganho ou perda de cada instrumento designado deverá afetar o resultado na mesma rubrica que o item protegido (no caso, receita de vendas). Em 31 de março de 2011, os impactos contabilizados no patrimônio líquido e a estimativa de realização no resultado estão demonstrados a seguir:

Derivativo	Mercado	Risco	Exercício de realização	
			2011/12	2010/11
Futuro	OTC/NYBOT	#11	(353.930)	2.798
NDF	OTC/CETIP	USD	134.015	- 134.015
			(219.915)	2.798
			74.771	(951)
			(145.144)	(143.289)

Saldo em 31 de março de 2011

Ganhos e perdas ocorridas no período: (572.161)

Contratos de futuros e swap de commodities: 179.099

Contratos de forward (NDF) de câmbio: 175.945

Ajustes de reclassificação de perdas/ganhos incluídas no resultado do exercício (receita de vendas/resultado financeiro): 175.945

Efeito total no Ajuste de avaliação patrimonial resultante de hedge de fluxo de caixa (antes do I/RCS diferidos): (217.117)

Efeito de I/RCS diferidos no Ajuste de avaliação patrimonial: 73.819

Saldo em 31 de março de 2010: (143.289)

f) Risco de taxa de juros: A Companhia monitora as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas a transações financeiras, principalmente aquelas vinculadas ao risco de Libor, e utiliza-se de instrumentos derivativos com o objetivo de minimizar estes riscos. Em 31 de março de 2011, a Companhia não possuía posição em aberto (US\$300.000 mil em 30 de março de 2010, cujo valor de mercado estava avaliado negativamente em R\$624).

g) Risco de crédito: Parte substancial das vendas da Companhia e de suas controladas é feita para um seleto

grupo de contrapartes altamente qualificadas, como trading companies, companhias de distribuição de combustíveis e grandes redes de supermercados. O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, inclusive, quando aplicável, exigência de carta de crédito de bancos de primeira linha e captação de garantias reais sobre créditos concedidos. A Administração considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela provisão para débitos duvidosos. A Companhia opera derivativos de mercadorias nos mercados futuros e de opções das bolsas de mercadorias de Nova Iorque - NYBOT e de Londres - LIFFE, assim como no mercado de balcão com contrapartes selecionadas. A Companhia opera derivativos de taxa de câmbio na BM&FVespa e em contratos de balcão registrados na CETIP com os bancos Goldman Sachs & Co, Banco Santander S.A., Espírito Santo Investimento do Brasil S.A., Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, Banco Bradesco S.A., Banco JP Morgan S.A., Banco Standard de Investimentos S.A. e Banco BTG Pactual S.A. Margens em garantia - As operações de derivativos em bolsas de mercadorias (NYBOT, LIFFE e BM&FVespa) requerem margem inicial em garantia. As corretoras com as quais a Companhia opera nas referidas bolsas oferecem limites de crédito para estas margens. Em 31 de março de 2011, o total de limite de crédito tomado para margem inicial é de R\$136.420 (R\$68.646 em 31 de março de 2010). Para operar na BM&FVespa, a Companhia possuía em 31 de março de 2011 R\$50.000 (R\$83.042 em 31 de março de 2010) através de Carta de Fiança de banco de primeira linha em garantia. As operações de derivativos da Companhia em balcão não requerem margem em garantia. **h) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontrará dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. **i) Valor justo:** O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo. Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. O valor justo de títulos e bônus negociáveis é baseado nas cotações de preço na data das demonstrações financeiras. O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, são estimados por meio dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes. O valor de mercado das Senior Notes com vencimento em 2014 e 2017, descrita na nota explicativa 16, conforme sua cotação de mercado é de 116,25% e de 108,75%, respectivamente, de seu valor de face em 31 de março de 2011. O valor de mercado dos Bônus Perpétuos, descritos na nota explicativa 16, conforme sua cotação de mercado é de 100,6% de seu valor de face em 31 de março de 2011. Quanto aos demais empréstimos e financiamentos, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados nas informações trimestrais devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis. O valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda é obtido através de preços de mercado cotados em mercados ativos, se houver. A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos junto a diversas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento. Os derivativos avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado referem-se, principalmente, a swaps de taxas de juros, contratos cambiais a termo e contratos de commodities a termo. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e swaps, com cálculos a valor presente. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo, curvas das taxas de juros e curvas da taxa a termo da commodity objeto. **Hierarquia de valor justo:** A Companhia adota a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; • Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Ativos e Passivos avaliados a valor justo

	Nível 1	Nível 2	Total
31 de março de 2011			
Warrants Radar	-	162.961	162.961
Ativos financeiros derivativos	35.577	20.105	55.682
Passivos financeiros derivativos	(122.084)	(10.295)	(132.289)
Total	(86.507)	172.861	86.354
31 de março de 2010			
Warrants Radar	-	149.713	149.713
Ativos financeiros derivativos	126.658	101.903	230.561
Passivos financeiros derivativos	(51.880)	(24.823)	(76.703)
Total	76.778	226.793	303.571

1º de abril de 2009

	Nível 1	Nível 2	Total
Warrants Radar	-	125.841	125.841
Ativos financeiros derivativos	9.638	7.384	17.022
Passivos financeiros derivativos	(6.738)	(60.157)	(66.895)
Total	2.900	73.068	75.968

j) Análise de sensibilidade: Em atendimento à Instrução CVM nº 475, emitida em 17 de março de 2008, segue abaixo análise de sensibilidade do valor justo dos instrumentos financeiros de acordo com os tipos de risco considerados relevantes pela Companhia. **Premissas para a análise de sensibilidade:** A Companhia adotou para a análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável, apresentado abaixo, e dois que possam apresentar efeitos de deterioração no valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia. O cenário provável foi definido a partir das curvas de mercado futuro de açúcar e de dólar em 31 de março de 2011 a mesma que determina o saldo do valor justo dos derivativos na data. Os cenários adversos possíveis e remotos foram definidos através de impactos adversos de 25% e 50% sobre as curvas de açúcar e dólar, que foram considerados como base para o cenário provável. **Análise de sensibilidade:** Abaixo está apresentado análise de sensibilidade sobre a variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia nos cenários provável, possível e remoto:

Fator de risco	Impactos no resultado (*)	
	Cenário provável (25%)	Cenário remoto (50%)
Risco de preço		
Derivativos de mercadorias		
Contratos futuros:		
Compromissos de Venda	Alta do preço do açúcar	(100.160)
Compromissos de Compra	Baixa do preço do açúcar	(31.253)
Contratos de opções:		
Opções de Compra Vendidas	Alta do preço do açúcar	(18.981)
Opções de Venda Compradas	Alta do preço do açúcar	1.496.71
Risco de taxa de câmbio		
Derivativos de taxa de câmbio		
Contratos futuros:		
Compromissos de Venda	Alta na taxa de câmbio R\$/US\$	(117)
Compromissos de Compra	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	(28.094)
Contratos a termo:		
Compromissos de Venda	Alta na taxa de câmbio R\$/US\$	(22.932)
Compromissos de Compra	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	(13.033)

(*) Resultado projetado para ocorrer em até 12 meses a partir de 31 de março de 2011.

k) Gestão de capital: A política da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total, assim como monitora o nível de dividendos para acionistas. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. Não foram feitas alterações nos objetivos, políticas ou processos para gestão de capital durante os exercícios findos em 31 de março de 2011 e 2010.

27. PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

a) Fundo de pensão: Benefício definido: A controlada Cosan CL patrocinadora a Previd Exon - Sociedade de Previdência Privada, entidade fechada de previdência complementar, constituída em 23 de março de 1980 e que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios, dentro de certos limites estabelecidos nos estatutos, a que tem direito, como segurados da Previdência Social, todos os funcionários da patrocinadora e seus respectivos beneficiários. Os planos de previdência suplementar oferecidos aos funcionários da Cosan CL são de benefício definido. **Contribuição definida:** A controlada Cosan Alimentos mantém contratado um plano de previdência complementar com uma entidade aberta de previdência privada devidamente autorizada, destinado a todos os seus funcionários na modalidade de Plano Gerador de Previdência Livre (PGBL). A natureza do plano permite a subsidiária, a qualquer momento, a suspensão ou descontinuidade permanente de suas contribuições, por decisão única e exclusiva da própria Companhia. O custo desse plano é suportado pela subsidiária e pelos participantes, de acordo com o tipo de benefício ao qual são elegíveis. Durante os exercícios findos em 31 de março de 2011 e 2010, o montante de contribuições reconhecidas como despesa pela subsidiária e controladas, foram de R\$4.701 e R\$5.407, respectivamente. **b) Passivo atuarial:** O passivo atuarial relativo a Previd Exon está demonstrado no passivo não circulante em 31 de março de 2011 no montante de R\$24.380 (R\$0 em 2010 e R\$65.108 em 1º de abril de 2009). Conciliação do valor presente da obrigação de benefício definido e do valor justo dos ativos do plano, com os ativos e passivos reconhecidos no balanço patrimonial:

	2011	2010
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(325.534)	(362.339)
Custos de juros	(35.107)	(32.583)
Custo do serviço corrente	(4.445)	(5.478)
Benefícios pagos	24.637	18.985
Ganho (perda) atuarial sobre a obrigação no início do exercício	(43.374)	55.881
Valor presente da obrigação atuarial no fim do exercício	(383.823)	(325.534)
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	347.703	297.231
Rendimento esperado dos ativos do plano	35.918	31.046
Contribuições recebidas pelo fundo	8.702	8.403
Benefícios pagos	(24.637)	(18.985)
Ganho (perda) no valor justo de ativos	(8.243)	30.008
Valor justo dos ativos do plano no fim do exercício	359.443	347.703
Perdas atuariais não reconhecidas	(51.703)	(61.788)
Total	27.323	61.788
(24.380)	-	-

Despesa total reconhecida no resultado: (4.445) (5.478)

Custo do serviço corrente: (35.107) (32.583)

Juros sobre obrigação: 35.918 31.046

Retorno esperado dos ativos do plano: (3.634) (7.015)

Montante total reconhecido como outros resultados abrangentes:

	2011	2010
Montante acumulado em 1º de abril	(42.056)	-
(Ganhos)/perdas atuariais imediatamente reconhecidos	29.447	(63.721)
Imposto de renda diferido	(10.012)	21.665
Montante acumulado em 31 de março	(22.621)	(42.056)
Os ativos do plano incluem:		

	2011		2010	
	Valor	Percentual	Valor	Percentual
CDBs - Depósitos bancários	268.864	74,80%	261.690	74,83%
Ativos em caixa	90.980	25,20%	88.023	25,17%
Total	359.844	100%	349.713	100%

Os ativos do plano são representados por ativos financeiros com preços cotados em mercado ativo e, portanto, são consideradas como Nível 1 na técnica de avaliação de valor justo. A taxa total esperada de rendimento de ativos é apurada com base nas expectativas de mercado existentes naquela data, aplicável ao período ao longo do qual a obrigação deve ser liquidada. Essas expectativas estão refletidas nas principais premissas abaixo. As principais premissas utilizadas para apurar as obrigações com benefícios previdenciários da Companhia são as seguintes:

	2011	2010
Plano de benefício definido		
Método de avaliação atuarial		
Unidade de crédito projetado	Unidade de crédito projetado	
AT 83 segregada por sexo,	AT 83 segregada por sexo,	
desagravada em 10%	desagravada em 10%	
Juros: 10,77% ao ano + inflação:	Juros: 11,08% ao ano + inflação:	
4,50% ao ano	4,50% ao ano	
Juros: 11,20% ao ano + inflação:	Juros: 10,48% ao ano + inflação:	
4,50% ao ano	4,50% ao ano	
Taxa de rendimento esperada	Juros: 10,48% ao ano + inflação:	
sobre os ativos do plano	4,50% ao ano	
Taxa de crescimento salarial	6,07% + inflação; 4,50% ao ano	
Taxa de aumento de	6,07% + inflação; 4,50% ao ano	
benefícios estimados	0,00% ao ano + inflação:	
4,50% ao ano	4,50% ao ano	

Durante o exercício findo em 31 de março de 2011 as contribuições à Previd Exon - Sociedade de Previdência Privada totalizaram R\$8.702 (R\$8.403 em 31 de março de 2010). A Companhia espera que contribuições de R\$9.458 serão pagas para os seus planos de benefícios definidos em 2012.

28. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Em 30 de agosto de 2005, em Assembléa Geral Ordinária e Extraordinária, foram aprovadas Diretrizes de Elaboração e Estruturação do Plano de Opção de Compra de Ações por parte de executivos e empregados da Companhia, autorizando a emissão de até 5% das ações do capital social da Companhia. O plano de opção de compra de ações foi elaborado para obter e reter os serviços prestados por executivos e empregados de alto nível, oferecendo-lhes a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia. Em 22 de setembro de 2005, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de opção de compra de ações, no montante de 4.302.780 ações ordinárias a serem emitidas ou adquiridas pela Companhia, referentes a 3,25% do capital social da época, conforme definido na AGOE. Nesta mesma data os executivos elegíveis foram informados dos princípios termos e condições do acordo de remuneração com base em ações. Em 11 de setembro de 2007, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de opção de compra de ações, no montante de 450.000 ações ordinárias a serem emitidas ou adquiridas pela Companhia, referentes a 0,24% do capital social da época. Nesta mesma data, o executivo